

Discurso e poder na narrativa midiática: notas entre Foucault e jornalismo

Discourse and power in the media narrative: notes between Foucault and Journalism

Jeferson BERTOLINI¹

Resumo

Este artigo procura pensar *A ordem do discurso*, um dos trabalhos mais notórios do pensador francês Michel Foucault (1926-1984), à luz do jornalismo. Resume-se 10 tópicos-chave do texto do autor e busca-se aproximá-los do jornalismo a partir de notas livres. O artigo conclui que, ao dar visibilidade a determinados discursos, a imprensa potencializa, consolida e constrói poderes. Por outro lado, quando tira certos discursos da vitrine midiática, a imprensa interdita poderes.

Palavras-chave: Foucault. Jornalismo. Ordem do discurso.

Abstract

This paper thinks *The order of discourse*, one of the most notorious works of the french philosopher Michel Foucault (1926-1984), in the light of journalism. The text concludes that the press builds powers when giving visibility to certain speeches. On the other hand, the press forbidden powers when taking certain discourses of media showcase.

Keywords: Foucault. Journalism. Order of discourse.

Introdução

Michel Foucault (1926-1984) é um dos maiores filósofos que a escola francesa já produziu. Sua obra é desconcertante: fala de relações de poder, de discursos do saber, do sexo como instrumento político, do domínio da medicina, da oposição razão/loucura, dos efeitos da psiquiatria, da sociedade normalizadora, do poder pastoral etc.

¹ Doutorando em Ciências Humanas (UFSC). E-mail: jefersonbertolini@gmail.com

Apesar da inquietação que seus trabalhos provocaram no pensamento ocidental, Foucault evitava apresentar-se como filósofo. Preferia dizer, quando a ocasião permitia, que era jornalista. Ele fez inúmeras reportagens a jornais franceses, sobretudo como correspondente no exterior.

Ao longo da vida, abreviada pelo HIV, o francês nunca escreveu diretamente sobre o jornalismo². Alguns estudiosos, no entanto, vêm tentando aproximar certos conceitos do autor ao jornalismo. *Vontade de verdade* talvez seja o mais usado, sobretudo por aqueles que tratam da ideologia do jornalista.

Este artigo é um ensaio nessa direção. Procura pensar um dos textos mais famosos de Foucault à luz do jornalismo. *A ordem do discurso* surgiu de um curso ministrado por ele no Collège de France em 1970. Foucault não se refere ao jornalismo no texto. Seu pano de fundo é o *poder*, o tema mais marcante em sua obra.

Foucault (1996) vê o discurso como algo material, aquilo que pode ser construído e que traz em si perigos e poderes.

Suponho que em toda a sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 1996, p. 8).

O autor acrescenta que o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo pelo qual se luta. E enfatiza que “o discurso nada mais é do que a verberação de uma verdade nascendo diante de seus próprios olhos” (ibid, p. 10-49).

Este ensaio não pretende discutir *A ordem do discurso*. Busca, simplesmente, pontuar tópicos-chave do texto e pensá-los no âmbito do jornalismo em breves notas. Trata-se, portanto, de um exercício livre, de uma tentativa de aproximação incomum.

O artigo está dividido em cinco partes. A primeira lista os procedimentos externos do discurso (funcionam como mecanismos de exclusão). A segunda trata dos

² Os estudos para articular Foucault e Jornalismo são insipientes. Entretanto, alguns conceitos do autor vêm ajudando a pensar o campo e a atividade jornalística. “Michel Foucault, embora não se dedique ao estudo do jornalismo, sugere dele uma imagem complexa, situando-o no projeto moderno. O jornalismo dotado de uma data de nascimento, o século XIX. O jornalismo como ao mesmo tempo produto e produtor da vida moderna, associado a toda uma rede de ideários – racionalidade, emancipação, regimes de verdade” (VOGEL, 2009, p. 1).

procedimentos internos do discurso (classificam o discurso). A terceira fala dos sistemas de restrição do discurso (impedem que todos tenham acesso a ele). A quarta fala do *poder* em Foucault. A quinta menciona o *saber* para o autor.

O texto conclui que, ao dar visibilidade a determinados discursos, a imprensa potencializa, consolida e constrói poderes. Tais poderes se baseiam, principalmente, em *saberes* (*pode mais quem sabe mais*). Por outro lado, quando tira certos discursos da vitrine midiática, a imprensa interdita poderes.

Procedimentos externos do discurso

Foucault (1996) lista três procedimentos externos do discurso. Eles funcionam como sistemas de exclusão: (1) interdição; (2) separação ou rejeição; (3) vontade de verdade.

A interdição (1) reprime. “Sabe-se que não se pode dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa” (FOUCAULT, 1996, p. 9). A interdição revela a ligação do discurso com o desejo e com o poder. Ela está, principalmente, no tabu do objeto, no ritual da circunstância e no direito do sujeito que fala. Esses pontos se cruzam, se reforçam, se compensam. Atualmente são mais visíveis nas áreas da sexualidade e da política.

Nota: neste ponto o jornalismo poderia ser pensado como um dispositivo que filtra: filtra aquilo que é dito, filtra aquele que diz, filtra aquilo que será publicado. Há, portanto, uma interdição de quem diz e do que é dito. Articular esse jogo dá poder ao jornalismo. Não à toa, a atividade consolidou-se como quarto poder³. Este ponto também poderia ser pensado pela ótica da parcialidade: ao operar essas interdições, a imprensa não estaria elegendo lados? Há, ainda, a possibilidade de se pensar em questões práticas: o jornalista “não pode dizer tudo” sem provas. O mesmo vale para a fonte. À fonte também cabe o cuidado de “não falar tudo em qualquer circunstância”.

A separação ou rejeição (2) refere-se ao corte entre quem pode e quem não pode falar, quem deve falar e quem deve ouvir. Ela estabelece uma relação de saber/poder (mais detalhes nas sessões 4 e 5). Um exemplo clássico é a oposição razão/loucura. Esse

³ Originalmente, o termo referia-se ao papel da imprensa em fiscalizar Clero, Nobreza e Comuns. Atualmente também se refere (1) ao poder da mídia em influir na agenda da sociedade (em questões políticas, econômicas e culturais) e (2) à mídia como *poder moderador* (RIZZOTTO, 2012).

mecanismo, nos dias de hoje, se observa em outras áreas, como a medicina, em outras instituições: há sempre alguém que fala e alguém que retém a palavra do falante. “Escuta de um discurso que se crê, para sua maior exaltação ou maior angústia, carregado de terríveis poderes” (FOUCAULT, 1996, p. 13).

Nota: teorias do jornalismo⁴ flertam com esse ponto, sobretudo a que vê o jornalista como guardião do portão onde se aponta o que é notícia e quem pode falar a respeito. É o controle da fonte, de quem está habilitado a falar. A imprensa costuma apoiar-se em títulos ou cargos para apontar os eleitos à palavra. Isso contribui com o que Foucault chamava de “predomínio do perito”: para falar é preciso ser especialista, ter título ou cargo que justifique isso. A palavra do douto vale mais que a do sujeito comum. O discurso da ciência vale mais que o do senso comum. Há, portanto, uma separação ente quem fala e quem deve limitar-se a ouvir. Importante frisar: aquele que sabe mais sobre determinado assunto, pode mais. Significa que, a partir de seu saber, exerce um poder sobre os demais.

A vontade de verdade (3) refere-se à busca do verdadeiro ante o falso. Trata-se de um movimento histórico, que surgiu na Grécia Antiga e dura até hoje. A busca da verdade apoia-se sobre um suporte institucional. É reforçada por práticas como a pedagogia, pelas sociedades de sábios de outrora e pelos laboratórios de hoje. “As grandes mutações científicas podem ser lidas, às vezes, como consequências de uma descoberta. Mas podem também ser lidas como novas formas da aparição de nossa vontade de verdade” (ibid, p. 16). A vontade de verdade é modelada pela divisão estabelecida entre o discurso verdadeiro e o discurso falso.

Nota: talvez seja possível observar este tópico pelo prisma da ideologia jornalística, o profissional que costuma se sentir encarregado de descobrir e divulgar a

⁴ As principais são: *espelho* (as notícias são como são porque a realidade assim as determina); *gatekeeping* (vê o jornalismo como o guardião do portão por onde passam as notícias); *organizacional* (o jornalismo é uma organização e as notícias são seus produtos); *agenda setting* (a agenda dos meios de comunicação influencia na agenda pública); *instrumentalista* (sobre o conteúdo das notícias: os esquerdistas dizem que há manipulação para sustentar o modelo capitalista; os direitistas dizem que as notícias questionam o capital); *definidores primários* (as notícias são distorcidas pelas fontes); *newsmaking* (a produção da notícia é elaborada como processo industrial); *unificadora* (critica as anteriores por não explicar o que são as notícias), *multifatorial* (vê a notícia como produto da integração histórica e presente de forças pessoais, sociais, ideológicas, culturais) e a *espiral do silêncio* (explica a influência da opinião pública na opinião de cada indivíduo).

verdade sobre determinado fato para reparar injustiças e afins⁵. Outros campos também têm esta vontade de verdade. A ciência, por exemplo, pauta-se pela busca de verdades, mesmo que provisórias. A religião apoia sua verdade na fé. A vontade de verdade busca marcar, precisamente, o hiato que separa o discurso verdadeiro e o discurso falso.

Procedimentos internos do discurso

Foucault (1996) também lista três procedimentos internos do discurso. Eles funcionam a título de classificação, ordenação e distribuição: (1) comentário; (2) autor; (3) disciplina.

O comentário (1) diz respeito ao texto, àquilo que é dito, àquilo que se conserva e que está inserido em determinada cultura, como textos religiosos, científicos e literários. “O comentário conjura o acaso do discurso fazendo-lhe sua parte: permite-lhe dizer algo além do texto mesmo, mas com a condição de que o texto mesmo seja dito e de certo modo realizado”. O comentário desempenha um papel entre o texto primeiro e o texto segundo. “O comentário deve dizer pela primeira vez aquilo que já havia sido dito e repetir aquilo que não havia jamais sido dito” (ibid, p. 25).

Nota: em uma época em que passamos da escassez de informação a respeito de quase tudo ao excesso de informação sobre qualquer coisa (POSTMAN, 1994), comentar tornou-se um hábito cotidiano do leitor, outrora tido como uma voz passiva. Somos estimulados a opinar, a confessar algo sobre o que está sendo lido. Nasce assim uma nova verdade sobre o homem, pois ele expressa muito de si via comentários⁶. Aquilo que é confessado é rapidamente apropriado por um campo do saber: a psicologia, por exemplo, poderá se valer disso para criar um discurso sobre o internauta; a sociologia, idem. Nasce, assim, uma nova relação de saber/poder.

⁵ Desde o início da atividade, o trabalho jornalístico flertou com a noção de sacerdócio e com o ideal de um mundo melhor. Assim, muitos escolhem a profissão por acreditar na possibilidade de mudar o cotidiano de quem está a sua volta; ou por imaginar que terão a oportunidade de desempenhar papel em mudanças sociais (FOLQUENING, 2002). As empresas sabem tirar proveito desse perfil.

⁶ A esse respeito pode-se ler mais no artigo *Eu, internauta, confesso: aplicando Freud e Foucault para pensar revelações obscuras de si e comentários de internet*, publicado nesta revista. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/index.php/tematica/article/view/27801>

O autor (2) não se refere ao indivíduo falante que pronunciou ou escreveu um discurso. Deve-se pensar o autor como princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência. Literatura, filosofia e ciência são domínios em que a atribuição a um autor é regra. “O comentário limitava o acaso do discurso pelo jogo de uma identidade que teria a forma da *repetição* e do *mesmo*. O princípio do autor limita esse mesmo acaso pelo jogo de uma identidade que tem a forma da *individualidade* e do *eu*” (ibid, p. 29).

Nota: uma forma de ver a questão é a busca pela ciência dos jornais, proposta por Otto Groth (1875-1965)⁷ nos anos 1960, cujo objeto seriam as notícias. Por esse viés o jornalismo agruparia um conjunto de discursos e se solidificaria em um campo, se converteria em um domínio de saber, algo que poderia ser avaliado só por membros desta comunidade de crentes, como ocorre na medicina, e não por quem o consome.

A disciplina (3) se opõe ao princípio do comentário e ao princípio do autor porque, para que haja disciplina, “é preciso que haja a possibilidade de formular proposições novas” (ibid, p. 30). “A disciplina é um princípio de controle da produção do discurso. Ela lhe fixa os limites pelo jogo de uma identidade que tem a forma de uma reatualização permanente das regras” (ibid, p. 36).

Nota: limites é uma palavra comum no jornalismo: limite do que se diz, do que é permitido dizer ou fazer; limite de tempo, de espaço, de recurso; reatualização também é um termo comum, sobretudo nas questões práticas da profissão.

Sistemas de restrição do discurso

Foucault (1996) lista um terceiro grupo de procedimentos que permitem o controle dos discursos. Trata-se dos sistemas de restrição: eles determinam as condições de seu funcionamento, impõem aos indivíduos que os pronunciam certo número de

⁷ Groth (2011) assinala quatro elementos básicos aos jornais: periodicidade, atualidade, universalidade e difusão. Periodicidade não se limita ao tempo de publicação de um determinado número, mas como o jornalismo interfere no ritmo de vida das pessoas, representando, inclusive, comportamentos e padrões econômicos, políticos, sociais, culturais e psicológicos. A universalidade refere-se à abrangência e à heterogeneidade com que o jornalismo seleciona e apresenta os fatos. A atualidade diz respeito aos fatos novos. A difusão corresponde ao acesso do público à informação.

regras e não permitem que todos tenham acesso a eles: (1) ritual; (2) sociedades de discursos; (3) doutrina; (4) apropriação social.

O ritual (1) define a qualificação que devem possuir aqueles indivíduos que falam. Ele indica os gestos, os comportamentos, as circunstâncias e todo o conjunto de signos que deve acompanhar o discurso. “Os discursos religiosos, judiciários, terapêuticos e políticos não podem ser dissociados dessa prática de um ritual que determina para os sujeitos que falam propriedades singulares e papéis pré-estabelecidos” (ibid, p. 39).

Nota: este ponto poderia ser observado pela ótica do clichê: espera-se que o profissional da medicina convidado a falar sobre determinada doença vista branco, tenha cara de estudioso, de pai de família, de alguém confiável (não pode ser alguém que vista jaqueta de couro e tenha tatuagens). Deve falar de forma segura e pausada; evitar gírias. Da mesma forma que causaria surpresa o sujeito efeminado que fosse convidado a falar sobre futebol, um esporte que costuma se associar à virilidade, ou sobre táticas de guerra. O ritual é especialmente marcante na televisão.

As sociedades de discursos (2) têm por função conservar e produzir discursos, fazendo-os circular em um espaço fechado e distribuindo-os somente segundo regras estritas. Fazem parte dela, em nosso tempo, aqueles que se apropriam do discurso científico, médico, econômico e político. Nas sociedades de discursos o número dos indivíduos que falam tende a ser limitado; e só entre eles o discurso pode circular e ser transmitido.

Nota: o combate às sociedades de discursos é, em teoria, um mantra no jornalismo. Afinal, é tarefa do jornalista traduzir ao leitor médio aquilo que doutores falam em seus gabinetes, consultórios médicos, laboratórios de pesquisa, salas de aula, salas de audiência, tribunais, delegacias. A sociedade de discurso obedece ao princípio da distinção (BOURDIEU, 2008), aquilo que cria uma separação entre dois ou mais e que estabelece certa hierarquia: falo com palavras diferentes para me distinguir do outro; escrevo com vocabulário rebuscado para me distinguir do outro; uso termos técnicos porque isso me torna membro de um grupo restrito. Ao jornalismo não cabe só traduzir o discurso dessas sociedades. Deve também leva-los longe, a outros grupos, sem limites geográficos e sociais.

As doutrinas (3) constituem o inverso das sociedades de discurso. Elas tendem a difundir-se. É pela partilha de um só conjunto de discursos que indivíduos definem sua pertença (de classe, de status social, de raça, de nacionalidade, de luta, de revolta, de resistência, de aceitação). “Aparentemente, a única condição requerida é o reconhecimento das mesmas verdades” (ibid, p. 42). A doutrina liga os indivíduos a certos tipos de enunciação e lhes proíbe todos os outros. Isso ocorre, por exemplo, no âmbito religioso.

Nota: doutrinas também devem ser combatidas pelo jornalismo. Pois elas massificam, tornam singular aquilo que deveria ser plural e livre. Tiram a oportunidade de abrir-se ao novo, ao diferente, àquilo que desconheço. Na doutrina a verdade tem um lado só, e geralmente há por trás dele algum interesse. Intolerância talvez seja uma das mais notórias consequências do doutrinismo. A doutrina nazista, para citar um exemplo, valeu-se inicialmente do rádio.

A apropriação social dos discursos (4) se dá em uma escala mais ampla, como os sistemas de educação. “Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os poderes e os saberes que eles trazem consigo” (ibid, p. 44). O sistema de ensino é uma ritualização da palavra, uma qualificação e uma fixação dos papéis para os sujeitos que falam, a constituição de um grupo doutrinário.

Nota: só uma imprensa livre pode destrinchar esses sistemas de discurso porque, em geral, eles se apoiam em políticas de Estado⁸. A doutrina aqui não é a igreja x ou o pastor y. É a religião, o temor respeitoso.

O poder em Foucault

Poder é o tema mais recorrente na obra de Michel Foucault. No caso específico do discurso, o autor observa que a produção do discurso é controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes.

⁸ O governo é o maior anunciante no Brasil. No caso do governo federal, há 3 mil veículos cadastrados no núcleo de mídia da Secretaria de Comunicação. Segundo o portal *JusBrasil*, do total de R\$ 161 milhões pagos aos meios de comunicação no governo Dilma, R\$ 112,7 milhões couberam a apenas 10 empresas, enquanto as demais 2.990 dividiram R\$ 48,3 milhões restantes. Disponível em: <http://zip.net/bsrtPM>.

No plano geral, Foucault (2015) pensa o poder em todas as relações, não só naquilo que é dito ou escrito. O poder está nas relações entre pai e filho, marido e mulher, professor e aluno, médico e paciente. Apesar de focar-se nesse tema, não há em sua obra uma teoria geral do poder.

Suas análises, observa Machado (2015, apud Foucault, 2015, p. 15), “não consideram o poder como uma realidade que possua uma natureza. Poder não é algo global. É algo em formas díspares, heterogênea, em constante transformação. O poder é uma prática social. Não é um objeto natural”.

Foucault (2013) afirma que o poder não é (1) exclusivo do Estado, mas algo que se expande por toda a sociedade (em poderes moleculares); (2) não é apenas repressivo, mas disciplinar e normalizador (“é preciso parar de descrever o poder em termos negativos: ele exclui, reprime, recalca, censura, abstrai, mascara, esconde. O poder produz domínios de objetos e rituais de verdade”) (ibid, p. 85); (3) intensifica o saber como peça de um dispositivo político que o produz (“onde há poder, ele se exerce. Ninguém é, propriamente falando, seu titular; e, no entanto, ele sempre se exerce em determinada direção, com uns de um lado e outros do outro; não se sabe ao certo quem o detém; mas se sabe quem não o possui”) (ibid, p. 17). Ou seja, o poder não existe. Existem práticas ou relações de poder. O poder é algo que se exerce, uma relação.

Foucault (2015, p. 18) acrescenta que onde há poder há resistência. Ele não rejeita a concepção de poder inspirada no modelo econômico, que o considera como mercadoria. Considera-o, por exemplo, no modelo da guerra, pois o poder é luta, afrontamento, relação de força, situação estratégica. Não é um lugar que se ocupa, nem um objeto que se possui. Ele se exerce, se disputa.

Na perspectiva foucaultiana deve-se pensar o poder em duas frentes: em relação à sociedade; e em relação ao seu modo de ação (significa que não seria possível entender o poder se ele só dissesse respeito à lei ou repressão). O objetivo básico do poder não é expulsar os homens da vida social, impedir o exercício de suas atividades. Mas gerir a sua vida, potencializando suas forças. Trata-se de um movimento econômico e político: aumento da força de trabalho e diminuição da força política.

Foucault (2013) começou a pensar o poder ao analisar a tecnologia de controle sobre indivíduos enclausurados (*Vigiar e Punir*). Ele chamou este tipo de poder de disciplina ou poder disciplinar. No entender do autor, a disciplina produz o tipo de

homem necessário ao funcionamento e à manutenção da sociedade industrial, capitalista (ligada à explosão demográfica do século 18 e ao crescimento do aparelho de produção, a dominação política do corpo responde a necessidades econômicas).

A disciplina enfileira o indivíduo. Faz nascer uma multiplicidade ordenada. O adestramento do corpo, a regulamentação do comportamento, a normalização do prazer, a interpretação do discurso, com o objetivo de separar, comparar, distribuir, hierarquizar, faz com que apareça, pela primeira vez na história, esta figura singular, individualizada: o homem. Ou seja, das técnicas disciplinares nasce um tipo específico de saber: as ciências do homem (MACHADO, 2015, apud FOUCAULT, 2015, p. 25).

O saber em Foucault

É impossível pensar o poder sem considerar o saber. Pois, *pode* mais aquele que *sabe* mais. Foucault (2015, p. 28) afirma que não há saber neutro e que todo saber é político. Não por inserir-se nos domínios do Estado, mas porque todo saber tem sua gênese em relações de poder. Saber e poder se implicam mutuamente. Isso faz com que vivamos sob o domínio do perito. “O poder, longe de impedir o saber, o produz” (FOUCAULT, 2015, p. 239).

O autor (ibid, p. 264) observa em nosso tempo o surgimento de “uma imensa proliferação de crítica das coisas, das instituições, das práticas, dos discursos”. Essa crítica se efetua através do retorno do saber, sobretudo os saberes dominados. Trata-se de (a) conteúdos históricos que foram sepultados e (b) uma série de saberes que tinham sido desqualificados como inferiores. “Parece-me que foi o acoplamento entre o saber sem vida da erudição e o saber desqualificado pela hierarquia dos conhecimentos e das ciências que deu à crítica dos últimos anos sua força essencial” (ibid, p. 267).

Esses dois eixos de saber referem-se ao que o autor chama de saber histórico de luta, aquele que até então tinha sido subordinado. É na redescoberta das lutas e memória bruta dos combates que delinea-se a genealogia⁹.

⁹ A genealogia diz respeito ao acoplamento do saber erudito e do saber das pessoas. Ela só foi possível e só se pôde realizá-la com o fim da tirania dos discursos englobantes, com suas hierarquias e com os privilégios da vanguarda teórica. “Chamemos de genealogia o acoplamento do conhecimento com as memórias locais, que permite a comunicação de um saber histórico das lutas e a utilização desse saber nas táticas atuais” (ibid, p. 268).

Na perspectiva do autor (2010, p. 150), o que distingue a história das ciências da genealogia dos saberes é que a primeira se situa no eixo conhecimento-verdade e a segunda no eixo discurso-poder.

Foucault (2015, p. 152) afirma que o Estado intervém no saber na (1) eliminação ou desqualificação de pequenos saberes; (2) na normalização desses saberes entre si, para ajustá-los uns aos outros; (3) na classificação hierárquica desses saberes, que cria saberes subordinados; (4) na seleção desses saberes.

Esses quatro pontos de intervenção estão, por exemplo, no desenvolvimento do saber tecnológico, no século 18, e na homogenização, normalização, classificação e centralização do saber médico, na segunda metade do mesmo século. Na avaliação do autor, o século 18 foi o século do disciplinamento dos saberes.

Considerações finais

Dos 10 pontos do discurso citados por Foucault em *A ordem do discurso* e brevemente reproduzidos neste texto, há dois que talvez mereçam mais atenção quando se busca enxergá-los à luz do jornalismo: *interdição* e *separação*, que fazem parte dos chamados procedimentos externos do discurso (funcionam como sistemas de exclusão).

A *interdição* cria um jogo entre aquilo que pode ser dito ou omitido e em qual circunstância pode ser dito ou omitido. No caso do jornalismo, esse ponto poderia ser visto pela ótica da fonte e pela ótica do jornalista. A fonte deve saber o que pode dizer e em qual circunstância dizer, sob pena de ser julgada (popular ou legalmente) pelo que fala. O jornalista segue o mesmo princípio.

A *separação ou rejeição* diz respeito à ruptura entre quem pode e quem não pode falar, quem deve falar e quem deve ou vir. Há, aqui, o estabelecimento de uma relação de saber/poder. No caso do jornalismo, esse ponto também poderia ser visto pela ótica da fonte e do jornalista. A fonte jornalística *sabe* mais, por isso é ouvida; ela costuma ter títulos ou cargos para “provar” que *sabe* mais; ao *saber* mais, exerce um *poder* sobre quem lê (em muitos casos, como um médico falando sobre dietas, o que ele diz tem peso de verdade) e sobre o jornalista (muitas vezes o profissional sabe mais que a fonte, mas é da praxe jornalística que o primeiro limite-se a perguntar e que ao segundo caiba responder).

Desde o início do *jornalismo de informação*, em 1830, o jornalismo tenta consolidar-se como um dispositivo por onde circulam diversos discursos. Será que tem conseguido? Ao se observar a circulação de discursos no jornalismo atual, algumas perguntas pairam no ar: há equilíbrio entre os lados que falam? Quem é chamado a falar? Há restrição daquilo que é dito? Uma análise mais profunda talvez indicasse que a balança não está no centro, no marco zero da imparcialidade.

Ao dar visibilidade a determinados discursos, a imprensa potencializa, consolida e constrói poderes. Por outro lado, quando tira certos discursos da vitrine midiática, a imprensa interdita poderes. Nesta gangorra midiática, pode-se concluir que a imprensa ajuda a articular um jogo social de poder/saber, no qual *pode mais* aquele que *sabe mais*.

Referências

- BOURDIEU, Pierre. **Distinção**: crítica social do julgamento; tradução Daniela Kern. São Paulo: Edusp, 2008
- FOLQUENING, Vitor. **O humanismo entre os futuros jornalistas**: um estudo das representações de acadêmicos da Comunicação Social. Dissertação, UEPG, 2001
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**; tradução de Laura Fraga. 5 ed. São Paulo: Loyola, 1996
- _____. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões; tradução de Raquel Ramalhe. 41. ed. Petrópolis: Vozes, 2013
- _____. **Microfísica do poder**; tradução de Roberto Machado. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015
- _____. **As palavras e as coisas**; tradução de Salma Tannus. 8 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000
- GROTH, Otto. **O poder cultural desconhecido**: fundamentos da ciência dos jornais. Tradução de Liriam Sponholz. Petrópolis: Vozes, 2011
- MACHADO, Roberto. *Prefácio*. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**; 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015
- POSTMAN, Neil. **Tecnopólio**: a rendição da cultura à tecnologia. São Paulo: Nobel, 1994
- RIZZOTTO, Carla Candida. **Constituição histórica do poder na mídia do Brasil**: o surgimento do quarto poder. Revista de Estudos da Comunicação, v. 13, n. 31, 2012
- WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. 5. ed. Lisboa, 1995